

## ***Universidade, Políticas Públicas e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação a Distância***

Artigo publicado na Revista Advir Nº 14, Rio de Janeiro, pp.22-30, 2001, ISSN 1518-3769

**Hindenburgo Francisco Pires**

Geografia - UERJ

hfpires@uerj.br

### ***Abstract***

This article has as objective to argue the growth of the uses of the Long-Distance Education for the Institutions of Superior Education - IES, and the strategies of the public universities in the development of new educational technologies of open code (softwares free) directed to the digital democratization and the magnifying of the social scale of its educational action.

To the end of the work, they will be argued alternative of public politics that treat the social necessities for more education and professional formation as truely social demands e, not, only as forms in potential of magnifying of the corporative market of the companies of softwares proprietors for professional formation and technique.

### ***Keywords***

Long-Distance Education; Internet; Institutions of Superior Education; Public Politics; Development of New Educational Technologies of Open Code; Software Free; Software Proprietor.

### ***Resumo***

Este artigo tem como objetivo discutir o crescimento dos usos da Educação a Distância - EAD - pelas Instituições de Ensino Superior - IES, e as estratégias das universidades públicas no desenvolvimento de novas tecnologias educacionais de código aberto (*softwares livres*) dirigidas à democratização digital e à ampliação da escala social de suas ações educacionais.

Ao final do trabalho, serão discutidas alternativas de políticas públicas que tratem as necessidades sociais por mais educação e formação profissional como demandas verdadeiramente sociais e, não, apenas como formas em potencial de ampliação do mercado corporativo das empresas de softwares proprietários por formação profissional e técnica.

### ***Palavras Chaves***

Educação a Distância; Internet; Instituições de Ensino Superior; Políticas Públicas; Desenvolvimento de Novas Tecnologias Educacionais de Código Aberto; Software Livre; Software Proprietário.

### ***1. Introdução***

Este artigo tem como objetivo discutir o crescimento dos usos da Educação a Distância - EAD - pelas Instituições de Ensino Superior - IES, e as estratégias das universidades públicas no desenvolvimento de novas tecnologias educacionais de código aberto (*softwares livres*) dirigidas à democratização digital e à ampliação da escala social de suas ações educacionais <sup>1</sup>.

Segundo Lobo Neto, as primeiras experiências precursoras do surgimento da EAD remontam a 1728. Em geral, estas experiências estão vinculadas às iniciativas de alguns professores nos EUA, com o ensino por correspondência. A institucionalização da EAD ocorreu em 1856, com a fundação da primeira escola de línguas por correspondência, em Berlim. Mas só no início do século XX ocorreu a consolidação e a expansão da educação a distância. Países e inúmeras instituições adotaram a EAD, através do ensino por correspondência <sup>2</sup>.



No Brasil, a EAD tem-se tornado uma modalidade de ensino em franco processo de expansão e uso nas instituições públicas e privadas de Ensino Superior e também nas empresas educacionais. Ela não é uma modalidade de ensino nova, já que, desde 1923, com Edgard Roquette Pinto<sup>3</sup>, criador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, hoje rádio MEC, são conhecidas iniciativas voltadas para sua disseminação. Estas iniciativas, procurando novas tecnologias de comunicação que aproximassem a escola do público sem escola, utilizaram o rádio, com o Instituto Rádio Monitor em 1939; o correio, com o Instituto Universal Brasileiro em 1941 (Nunes, 1994); e mais, recentemente, o vídeo, a TV e o computador, com o Telecurso do 2o Grau e os programas: TV Escola, Programa Nacional de Informática na Educação - Proinfo, FUST, Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância - PAPED, programas estes da Secretaria de Educação a Distância - SEED.

Um fator que contribuiu para a expansão da EAD nas IES foi o notável crescimento, em meados dos anos 90, da rede mundial de computadores, a *internet*, que se transformou no meio principal de convergência de todas as tecnologias educacionais de informação e do conhecimento por serem digitais e síncronas (*on line*). As primeiras experiências de uso da EAD passaram a ser difundidas a partir de iniciativas de educadores e professores das instituições públicas de Ensino Superior. Simultaneamente às transformações comunicacionais, ainda na segunda metade dessa década perdida, as Universidades Públicas foram condenadas à estagnação na escala de atendimento das demandas sociais de formação profissional e de educação (número de alunos), por medidas neoliberais de "ajuste" e de cortes orçamentários - orientadas por um longo receituário das instituições financeiras multilaterais (FMI, Banco Mundial); estas políticas provocaram drasticamente a redução deliberada da participação do Estado na democratização do acesso à educação pública e gratuita. Atualmente, mais de 63% (Folha de São Paulo, 08/07/2001) dessas demandas são atendidas por IES privadas que estão querendo, também, oferecer outras alternativas como a EAD.

Ao constatar-se esta tendência de alteração do paradigma educacional, no período atual, cumpre efetuar as seguintes indagações:

Como o contexto atual de desacionamento das atividades públicas ou diminuição da atuação do Estado, impetrado por um conjunto de políticas públicas neoliberais, contribui para a expansão da EAD e de novas tecnologias educacionais de código fechado (*softwares proprietários*)?

Qual a razão do rápido crescimento da EAD baseada em softwares proprietários?

Como e por que as políticas públicas do Estado voltam-se a esta modalidade de ensino em escala territorial?

Como o Estado e as instituições públicas pretendem criar e consolidar o ambiente e a plataforma para o desenvolvimento da EAD e de democratização e "inclusão" digital?

Que estratégias as universidades públicas devem desenvolver para implementar a EAD, em contraposição às utilizadas pelas empresas educacionais, para que seja garantida a qualidade da prestação de serviços na área de educação com a utilização de novas tecnologias educacionais de código aberto?

# cibergeo

Refletindo sobre as indagações acima, serão propostas, ao final do trabalho, alternativas de políticas públicas que tratem as necessidades sociais por mais educação e formação profissional como de mandas verdadeiramente sociais e, não, apenas como formas em potencial de ampliação do mercado corporativo das empresas de softwares proprietários por formação profissional e técnica.

## 2. Políticas Públicas Neoliberais e a Expansão Comercial da EAD

O atual contexto de desregulamentação e de desacionamento do estado do bem-estar social influenciou para que as IES públicas não acompanhassem o crescimento das demandas sociais por serviços de educação e formação profissional, um vez que as IES privadas respondem por mais de 77,11% do número das IES (Trigueiro, 2000). As políticas de ajuste econômico e de contenção de despesas afetaram o crescimento das IES públicas, ocasionando este déficit educacional.

Embora não seja suficiente o número de escolas para o Ensino Básico, o governo atual de FHC priorizou a Educação Fundamental em detrimento da Superior, e é patente a política deliberada de não investimento nas IES públicas. Esta atitude ocasionou a ampliação do quadro de exclusão educacional, no ensino universitário, de grande parcela da população trabalhadora. Apenas 11% da população com idade escolar, entre 19 e 24 anos, que estão cursando a universidade são beneficiados com os serviços prestados pelas IES. Segundo Schmidt, esta taxa de escolarizáveis pelo ensino superior: "... põe o Brasil muito abaixo de países como Estados Unidos, França, Coréia, Japão, Argentina, México, Uruguai, entre outros." (Schmidt et al., 2000:244).

Estimuladas pelo afastamento gradual das IES públicas no atendimento às demandas sociais por educação e formação profissional, as grandes empresas educacionais nacionais e internacionais investiram no aprimoramento das novas tecnologias educacionais baseadas em softwares proprietários que permitissem ampliar a escala e a massa de clientes que se beneficiassem da prestação de seus serviços. A EAD representou fonte de lucro e um "avanço" natural nessas empresas, no que concerne à ampliação do mercado de prestação de seus serviços educacionais e no fornecimento de inúmeros cursos de formação e qualificação profissional.

O descompasso entre as IES públicas e as grandes empresas prestadoras de serviços educacionais na introdução de novas tecnologias de informação e de comunicação tornou-se um fato notório.

Enquanto para as IES públicas o seu público-alvo é visto como demandas sociais por serviços públicos, para as grandes empresas prestadoras de "serviços educacionais" este mesmo público é visto como mercado potencial e fonte inegável de oportunidades e lucro. O governo favoreceu a segunda compreensão mercadológica e estimulou a competição entre estas instituições através do chamado Provão (Lei 9.131/95, normatizado pelo Decreto 2.026/96) porque apresenta o *ranking* das melhores e piores, sem avaliar as diferenças regionais e sem propor alternativas e investimentos para a melhoria da situação atual. Segundo Oreste Preti, professor do NEAD/UFMT, na perspectiva neoliberal, a crise da escola pública: "... é fundamentalmente, uma crise gerencial, necessitando a escola ser submetida a uma reforma administrativa para se tornar competitiva. Deve, portanto, abandonar o campo da política para se adentrar na esfera do mercado. Para isso, necessita estabelecer mecanismos de controle e avaliação dos serviços educacionais, e esses devem estar articulados e subordinados às necessidades do mercado de trabalho." (Preti, 2000, 23). Essa visão, escamoteando o descaso, reforça o discurso das empresas de ensino, cujas palavras-chaves são "competitividade" e "mercado de trabalho" (Pires, 1996)<sup>4</sup>.

Além da pressão exercida pelo crescimento da demanda por vagas no ensino superior na década de 90, segundo Shiroma *et al.* (2000:93), somaram-se as pressões do governo pela "modernização" e racionalização da administração nas IES públicas. A "eficiência gerencial" interna no uso dos recursos e na redução da capacidade ociosa e, fundamentalmente, a criação de alternativas de cooperação "flexíveis" e de formação de parcerias no âmbito da sociedade civil tornaram-se metas nas IES públicas. O controle deste processo modernizante se constituiu com a reforma universitária, através de mecanismos e sistemas de avaliação, de redefinição do princípio da autonomia e de ações de melhoria de ensino (qualidade), por meio de medidas que alteraram as gestões administrativas e as formas de capacitação dos recursos humanos<sup>5</sup>.

A avaliação do processo assentou-se no credenciamento das instituições, segundo critérios de qualidade definidos pelas esferas governamentais, influenciando diretamente no já limitado orçamento para o ensino público superior no país.

### **3. O Rápido Crescimento da EAD e o Risco de Massificação**

Com os avanços na *internet*, as novas tecnologias educacionais ultrapassaram as fronteiras das quatro paredes da sala de aula, e, com a EAD, a escala da sala de aula virtual não se restringe mais ao território. As novas tecnologias educacionais representam um conjunto de tecnologias de informação e comunicação - o telefone, o telex, o fax, o rádio, o vídeo, a televisão e o computador -, direcionadas à ampliação da participação dos serviços públicos relacionados ao ensino, à educação e à formação técnica e profissional.

O rápido crescimento da EAD nas IES públicas e privadas, no período atual, deve-se a esses avanços alcançados pelas tecnologias de informação e de comunicação que permitiram o desenvolvimento de novas formas de: acompanhamento e mediação pedagógica, avanços nos mecanismos de interatividade e ampliação da escala social da prestação dos serviços educacionais. Sobre este último aspecto cumpre destacar que, se antes um professor, no ensino presencial, tinha uma turma de no máximo 70 alunos, agora, no ensino a distância, este mesmo professor já passa a trabalhar com turmas imensas como em alguns cursos de extensão, em grande parte transformados em complemento salarial para muitos docentes ou em fontes de captação de recursos para manutenção de atividades-fim nas universidades públicas.

As reformas educacionais têm pressionado as IES públicas através da exigência de expansão de matrículas, redução da duração na carga horária de diversos cursos, criação de cursos noturnos e estabelecimento de redes e consórcios de EAD. Contraditoriamente, não se expandem os horizontes para realização de concursos públicos, há congelamento de salários e estímulo à venda de serviços, consultorias e cursos, demarcando uma forma de autonomia limitada (Shiroma *et al.*, 2000).

A relação "custo versus benefício" influenciou na adoção rápida da EAD pelas IES privadas. Com a EAD supera-se o investimento tradicional em instalações físicas (sala de aula), pode-se ter um número muito maior de "clientes" e também negociar o material didático produzido e as novas tecnologias educacionais baseadas em softwares proprietários

ou de código fechado.

As relações de trabalho também se alteraram, o profissional de educação, outrora chamado de professor, passou a ser chamado de tutor e, enquanto tutor, não goza de direitos tradicionais como férias, carteira assinada e direitos previdenciários, os contratos são de curta duração, sendo terceirizados por uma fundação, empresa ou instituição privada de administração indireta.

O processo de precarização das relações de trabalho é fato inegável nas IES privadas, que adotaram a EAD como estratégia de crescimento e inserção competitiva. Para estas, o objetivo é massificar (Belloni, 1999), ampliar oferta da prestação de seus serviços a uma escala maior do "mercado educacional" e disseminar o uso de novas tecnologias educacionais baseadas em softwares proprietários ou de código fechado.

O risco da massificação e a perda de princípios éticos na constituição dos projetos de EAD nas IES privadas poderão pôr em cheque a credibilidade e a qualidade de seus cursos. O mesmo pode, futuramente, ocorrer nas IES públicas caso a lógica de "produção" massificadora e de mercado se torne prioritária.

#### ***4. A EAD e as Políticas Públicas de Democratização e "Inclusão" Digital***

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada para restringir as despesas públicas dos estados. O impacto dessa lei sobre a prestação dos serviços públicos ocorreu de forma indistinta, afetando os setores de saúde, de educação, de previdência pública, etc.

Com a implantação da Lei, o setor de educação foi, praticamente, impedido de crescer e atender às demandas sociais. A profissão de educador e pedagogo foi paulatinamente desvalorizada; sem correção salarial e sem concursos, estes profissionais estão cada vez mais desmotivados a trabalhar, enquanto servidores públicos.

A preferência do Estado pela implantação da EAD nas unidades governamentais se deu pela possibilidade de redução de "custos" e legalizou-se através do atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal. Um exemplo de iniciativa, neste sentido, foi a criação da Universidade Pública Virtual do Brasil, em agosto de 2000 <sup>6</sup>. A implantação de pólos de EAD é menos dispendiosa que investir no ensino público "tradicional", esta é a principal alegação e justificativa dos representantes dos governos para a consecução do investimento.

Para os representantes governamentais, ao manter relações de trabalho mais "flexíveis" e terceirizadas, os pólos de EAD representam unidades de "produção" de serviços públicos mais atraentes e menos onerosas de "inclusão" digital. O desenvolvimento destas unidades tem gerado uma preocupação nas organizações de classe das IES públicas, porque do ponto de vista institucional estas unidades tendem a representar um poder paralelo que compete, através da EAD, na prestação de serviços de educação e formação profissional, com formas "flexíveis" e terceirizadas de trabalho. Portanto, o problema não é trabalhar com a EAD e as novas tecnologias educacionais, mas a precarização das relações de trabalho característica dos processos de implantação das mesmas nas IES e uso de softwares proprietários nas plataformas que mantem este

ambiente educacional.

### ***5. Alternativas e Estratégias das IES Públicas Frente às Transformações do Paradigma Educacional***

Sem pretender incorrer no fortalecimento do viés do determinismo tecnológico, pode-se atribuir, em grande parcela, ao desenvolvimento da rede mundial de computadores, a *internet*, a influência pelas transformações do paradigma educacional no período atual.

A despeito de todos os avanços alcançados nos usos de novas tecnologias de informação e comunicação, direcionadas para o desenvolvimento da educação, ainda estamos vivenciando um cenário de perda de princípios éticos na constituição dos projetos de EAD e de crescente mercantilização do ensino a distância, oferecido na *internet* pelo sistema *pay-per-learn*.

Para propor alternativas e superar essa crise, as primeiras intenções de implantação da EAD nas IES públicas nasceram de iniciativas aparentemente fragmentadas, frutos da capacidade inovadora e criativa de educadores e pesquisadores preocupados em abrir novas possibilidades e metodologias direcionadas ao aprimoramento do ensino tradicional presencial, que vem passando por esse processo de desgaste e crise, fruto de políticas neoliberais deliberadas de não investimento em plataformas tecnológicas baseadas em softwares não proprietário e no ensino universitário público e gratuito.

É um fato inegável que as tecnologias utilizadas no processo de educação a distância enriquecem a mediação pedagógica. Uma das vantagens do uso da *internet* nas aulas é a interatividade. Ao contrário do que algumas pessoas pensam, o ensino a distância vai oferecer possibilidades inéditas aos cursos presenciais, ao invés de torná-los ultrapassados. Nesses cursos os estudantes poderão consultar diversas bibliografias pela rede mundial de computadores, participar de fóruns por meio de bate-papos (*chats*), visitar sítios (*sites*) e fazer o seu horário de estudo. Mas se as plataformas tecnológicas que consubstanciam o ambiente de aprendizagem dos cursos de EAD estiverem baseadas em softwares de código proprietário, corre-se o risco de excluir mais do que incluir. Um país periférico como o Brasil não pode se dar ao luxo de utilizar softwares tão caros como os softwares proprietários, quando já se tem softwares livres acessíveis e baratos disponíveis na *internet*.

Se por um lado, o professor perdeu o papel e o poder que lhe eram auferidos pela postura de transmissão de conhecimento e este poder pode transferir-se para o material didático pré-planejado e impresso, sendo este material de qualidade e representando realmente uma produção de um trabalho coletivo de um corpo docente, isso poderá ser um processo transformador, já que, no ensino tradicional, muitos professores têm-se tornado apenas repetidores, não desenvolvendo atividades de pesquisa para produzir seus próprios textos. Aliás, se o professor perdeu o "*status*" que lhe outorgara o saber transmitido através do quadro, giz ou transparências e voz, este saber poderá ser recuperado sob a forma de direito intelectual e preparado sob a forma de programas de código aberto (*softwares livres*) confeccionados em java-script, html, php, docs, etc.

Diante desse contexto as IES públicas não podem prescindir das prerrogativas de definir estratégias para enfrentar a globalização, o neoliberalismo e o colapso dos serviços de utilidade pública. Entre as principais alternativas que as IES cumprem implementar estão: a) incrementar o ensino presencial desenvolvendo novas estratégias e tecnologias educacionais através da EAD; b) garantir a qualidade da educação através do controle autônomo e democrático de acesso e de avaliação da mesma; c) valorizar e qualificar o trabalho do profissional de educação, que continua sendo um ator primordial no processo de ação pedagógica, mesmo com a expansão da EAD; d) estruturar telecentros e laboratórios de ensino nos quais sejam desenvolvidos cursos semi-presenciais gratuitos de extensão e graduação em EAD; e) propor infra-estruturas e plataformas tecnológicas, consubstanciadas em softwares livres de código aberto, que propiciem a efetiva democratização digital do ensino e do conhecimento produzido na *internet*.

As IES públicas, além de poderem oferecer cursos de qualidade para um maior número de alunos, poderão prestar atendimento a distância aos alunos que não têm condições de horário ou de deslocamento até o local de prestação dos serviços educacionais e de formação profissional. A utilização da modalidade à distância consubstanciada em softwares livres pode reduzir a exclusão educacional, pois permite o acesso a tecnologias baratas e ao ensino às pessoas que moram longe dos grandes centros ou não têm horário para frequentar uma boa escola ou que ainda não puderam ingressar numa Universidade.

As IES públicas têm o papel de socializar o conhecimento e restabelecer os verdadeiros princípios éticos que norteiam a identidade social da prestação do serviço público gratuito, que é de permitir melhores condições de educação, de formação ética e profissional à sociedade e ao cidadão.

## **Notas**

1. Gostaria de agradecer à pertinente contribuição dos Professores: Gustavo Bayer (UERJ/FAF), Tanya Amara Felipe (UPE/FFPNM) e Lincoln Tavares Silva (CEH/Cap-UERJ), nas sugestões e nas críticas a este trabalho.

2. Segundo Lobo Neto, In: Educação a Distância: Regulamentação, Condições de Êxito e Perspectivas, 1998:

"Hoje, a EAD tornou-se tema freqüente nas análises e propostas educacionais. Tanto no âmbito dos sistemas de ensino, quanto nas áreas de formação e treinamento profissional, as ações se multiplicam. Ao lado de tradicionais instituições, como o CNED francês (8 Centros atendendo 340.000 alunos, basicamente através do Ensino por Correspondência) ou o Technical Correspondence Institute da Nova Zelândia (34.000 alunos), sobretudo a partir da década de 1970, novíssimas instituições, notadamente no ensino superior, seguem criativamente o exemplo da Open University. Ou, então, programas de educação à distância, passam a expandir o acesso de candidatos a cursos ministrados por antigas Universidades. Na China, a Universidade de Rádio e Televisão, desde 1978, já ultrapassou 1 milhão de alunos, enquanto nos diversos níveis de ensino a meta chinesa é de atendimento a 20 milhões de telealunos. Em 1988, John S. Daniel trouxe para a Conferência Mundial do ICDE, realizada em Oslo, um consistente trabalho de levantamento da EAD mundial, sobretudo no que se refere à educação pós-secundária. É importante verificar que, ao analisar as iniciativas da antiga União Soviética e da China, Daniel já registra os 2 milhões de alunos referidos por Perry e, somando os alunos inscritos em cursos pós-secundários à distância nos países que analisou, chega a um total de quase 4 milhões, dos quais cerca de 3 milhões se



encontram na ex-União Soviética, na China, na Coreia do Sul e na Tailândia. Na Espanha, na Alemanha, nos países escandinavos, na Tailândia, sede da XVI Conferência Mundial do ICDE (nov.92), em Costa Rica, Venezuela e Colômbia, a experiência de EAD já ultrapassou, há muito tempo, a fase de experimento, e se constitui em componente integrado do elenco de ofertas educacionais." (Cf. Lobo Neto, 1998).

3. Edgar Roquette Pinto, médico legista, professor, antropólogo, etnólogo e ensaísta, nasceu no Rio de Janeiro, RJ, em 25 de setembro de 1884, e faleceu na mesma cidade em 18 de outubro de 1954. Fundou, em 1923, na Academia Brasileira de Ciências, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que tinha fins exclusivamente educacionais e culturais e que, em 1936, passou a pertencer ao Ministério da Educação. Para quem deseja possuir informações mais detalhadas sobre Roquette Pinto, veja a página da Academia Brasileira de Letras (ABL):

<http://www.biblio.com.br/Templates/biografias/roquettepinto.htm> .

4. Sobre este assunto, ver o artigo: "Universidade: a dialética do mercado e da sociedade", publicado na Revista Advir No 9, em 1996.

5. Segundo Shiroma *et al.*, In: Política Educacional, 2000: "De acordo com o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, seriam três os objetivos da reforma universitária: a avaliação, a autonomia e a melhoria do ensino. Esta última, como se pode perceber, sempre esteve condicionada às duas primeiras. No quadro geral que referencia a compreensão de educação do governo FHC, os três itens estavam associados à eficácia e à produtividade: a melhoria da qualidade de ensino seria assegurada por meio de alterações na gestão administrativa e na capacitação de recursos humanos a ela adequados, e também pela renovação de equipamentos; a avaliação sinalizava um fortalecimento da função avaliadora do Estado, até então basicamente voltada ao credenciamento. Finalmente, a autonomia "liberdade com responsabilidade", deveria propiciar a eficiência gerencial e um nível de responsabilidade social do sistema." (Cf. Shiroma *et al.*, 2000:93).

6. Segundo Schmidt: "A institucionalização da universidade pública virtual brasileira está nos moldes da sociedade da informação. As principais universidades do país, ao longo dos anos 90, começaram a implantar projetos de ensino a distância. O conjunto de esforços isolados produziu empreendimentos que não estão em rede, pois a cooperação interinstitucional tem estado ausente. A presente iniciativa visa superar obstáculos, integrando as diversas experiências em um sistema organicamente estruturado. Assim, desde 1998 começam a existir projetos de consórcios para a produção compartilhada de diversos cursos em diferentes campos do conhecimento, como é o caso da recentemente criada Universidade Virtual do Centro - Oeste (UNIVIR-CO). Sob a mesma orientação, a partir de 1999, diversas universidades públicas constituem a UniRede. São 56 instituições públicas trabalhando para aumentar a capacidade de formação de alunos, em vários campos do conhecimento. O suporte técnico estará baseado na capacidade da INTERNET II, por sua possibilidade de integrar produção de conhecimentos em rede nacional".( Schmidt, 2000:246).

## **Bibliografia**

- Belloni, Maria Luiza. *Educação a Distância*, Campinas, Editora Autores Associados, 1999.
- Lobo Neto, Francisco José da Silveira. *Educação a Distância: Regulamentação, Condições de Êxito e Perspectivas*. In: [http://www.prossiga.br/edistancia/Educacao a Distancia - Biblioteca Virtual\\_arquivos/lobo1.htm](http://www.prossiga.br/edistancia/Educacao%20a%20Distancia%20-%20Biblioteca%20Virtual_arquivos/lobo1.htm) , 1998.
- Nunes, Ivônio Barros. Noções de Educação a Distância, In: *Revista Educação a Distância*, Brasília, Instituto Nacional de Educação a Distância, rev. INED/UnB-CEAD, 03 (04/05) pp.07-25, Dez./93-Abr/94.
- Pires, Hindenburgo Francisco. Universidade: a dialética do mercado e da sociedade, *Revista Advir*, ASDUERJ, Nº 9, pp.05-07, 1996.

## cibergeo

Preti, Oreste (org.) *Educação a Distância: construindo significados*, Cuiabá, NEAD/IE - UFMT, Editora Plano, 2000.

Schmidt, Benício Viero; Oliveira, Renato; Aragon, Virgilio Alvarez. *Entre Escombros e Alternativas: ensino superior na América Latina*, Brasília, Editora da UNB, 2000.

Shiroma, Eneida Oto; Moraes, Maria Célia M. & Evangelista, Olinda. *Política Educacional*, Rio de Janeiro: DP&A Ed., 2000.

Trigueiro, Michelangelo Giotto Santoro. *O Ensino Superior Privado*, Brasília: Paralelo 15, São Paulo, Marco Zero, 2000.